

Código de posturas e a modernidade de Campo Grande (1905 – 1930)

Márcia Pereira da Silva*

Carlos Alexandre Barros Trubiliano**

Com a proclamação da República, um novo ideal de modernidade pautou as transformações das cidades brasileiras. Dos grandes centros urbanos aos mais distantes rincões do país, a ordem era moralizar, limpar e higienizar o espaço urbano com a finalidade de obter progresso e desenvolvimento. Para além da arquitetura das urbes, o comportamento dos cidadãos também deveria se adequar aos novos tempos. Um dos instrumentos privilegiados do ordenamento social foi o *Código de Posturas*. Neste sentido, esta pesquisa tem como objeto de análise o processo de modernização urbana no município de Campo Grande, com ênfase nas normatizações estabelecidas pelo *Código de Posturas* que, no limite, objetivou conseguir da população local compor-

O município de Campo Grande, hoje capital do estado de Mato Grosso do Sul¹, nasceu como pouso de boiadeiros. Nos primeiros anos do século XX, Campo Grande (então município do estado de Mato Grosso) contava com cerca de 2.000 habitantes e, aproximadamente, 200 casas; em 1912, a nova cidade já somava “5.000 almas”². Em 1920, essa população subiu para 21.000 habitantes, saltando para 40.000 habitantes em 1933³

* Doutora. Professora de História Contemporânea da FCHS/UNESP – Franca/SP.E-mail: marcia-pereirasil-va@gmail.com .

** Mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); professor da Secretaria de Educação de Mato Grosso do Sul. E-mail: trubiano@hotmail.com

¹ Data de 1977 a divisão do estado de Mato Grosso. Desde então Cuiabá é a capital de Mato Grosso e Campo Grande de Mato Grosso do Sul. No período dessa pesquisa há apenas o estado de Mato Grosso, cuja capital era Cuiabá.

² *Álbum Gráfico de Mato Grosso (EEUU do Brasil)*. Corumbá-Hamburgo: Ayala & Simon Editores, 1914, p. 412.

³ *Revista Folha da Serra*, Campo Grande, 1933.

tamentos considerados mais apropriados à República.

Palavras - chave: Urbanização, República, Ordenamento Social

With the proclamation of the Republic, a new ideal of modernity guided the transformation of cities. Major urban centers to the farthest corners of the country, the order was moralize, to clean and sanitize the urban space in order to achieve progress and development. Besides

the architecture of cities, the behavior of city dwellers should also fit the new times. One of the main instruments of social order was the Code of Postures. Therefore, this research aims to analyze the process of urban modernization in the city of Campo Grande, with emphasis on the norms established by the Code of postures that, ultimately, aimed to get local people behaviors considered most appropriate to the Republic that was announced.

Key words: Urbanization, Republic, Social Planning

e para 49.629 sete anos mais tarde.⁴ Entre 1920 e 1940, a população da zona urbana cresceu de 6.000 para 24.479 habitantes, praticamente se igualando à população rural.⁵

Entre os fatores capazes de explicar esse rápido crescimento populacional, pode ser arrolada a intensa migração decorrente da chegada, em maio de 1914, dos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, facilitando a vinda de um grande contingente de migrantes do Sul e do Sudeste, de imigrantes japoneses, alemães, russos e búlgaros, que se instalaram em terras do atual município de Terenos, passando a constituir importante pólo de desenvolvimento agrícola.⁶ Por outro lado, atrelando o município aos pólos mais dinâmicos do capitalismo do Sudeste, a Noroeste do Brasil também teria contribuído com a transferência do foco comercial de Corumbá para Campo Grande, atraindo para essa cidade as comunidades libanesa, síria, armênia e turca, que se destacariam na ampliação do comércio local.⁷

⁴ IBGE - *Evolução Demográfica dos Municípios de Mato Grosso do Sul segundo os Censos Demográficos Realizados e a Contagem*. RJ: IBGE, 1996.

⁵ Dados obtidos no IBGE - *Evolução Demográfica dos Municípios de Mato Grosso do Sul [...]*; ARRUDA, Gilmar. "A Ferrovia Noroeste do Brasil: o último trem para o sertão". *Cadernos de Estudos Urbanos*. Campo Grande: Conselho Regional de Construtores de Imóveis, n° 3, 1995, p. 32.

⁶ *Campo Grande - 100 Anos de Construção*. Campo Grande: Matriz Editora, 1999, p. 278.

⁷ MACHADO, Paulo Coelho - *A Rua Barão*. Campo Grande: Ed. do Tribunal de Justiça de MS, 1991, p.106.

Além dos emigrantes, a ferrovia trouxe para cidade propostas de organização espacial pensada por engenheiros encarregados de estudar o traçado da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB). Segundo a historiadora Alisolete Weingärtner o contrato assinado entre o governo federal e a NOB, permitia a esta companhia interferir na estruturação do urbano, elaborando para aquelas cidades situadas no traçado ferroviário, um planejamento para disciplinar e racionalizar a ocupação dos espaços.⁸

Sendo assim os engenheiros da NOB, seguindo os modelos ideais de cidade que perpassavam pela utopia de espaço higiênico (físico e moral), salubre, belo, harmônico, equilibrado, racional, eficiente, arborizado, ordenado, planejado, funcional, zoneado, em resumo, onde fosse garantido o “bem-estar” social da população, sugerem então, em 1905 à Intendência Municipal de Campo Grande que se fizesse o **Código de Posturas**. Deste modo, os habitantes de Campo Grande passaram a conviver com normatizações que buscavam orientar as relações sociais entre os moradores e as relações deles com o espaço em que habitavam.⁹ Convém notar que a edição das Posturas não altera, pelo menos não imediatamente, o comportamento de uma dada população.

A constituição do *habitus* é algo processual contraído através das diversas formas de aprendizagem, sejam elas adquiridas ou percebidas nas relações no espaço, na linguagem e/ou regras de conduta.¹⁰ No caso desse estudo, o **Código de Posturas** fora implementado como consequência de uma conjunção de fatores que interferiram, direta ou indiretamente, na vida daqueles que ali viviam e, certamente, teve um papel preponderante na formação de um comportamento urbano para os hábitos locais.

Ao analisarmos o primeiro **Código de Posturas** de Campo Grande, aprovado em 30 de janeiro de 1905, verificamos nele a reprodução de ideais da ordem

⁸ WEINGÄRTNER, Alisolete Antônia dos Santos. *Campo Grande o impulso do desenvolvimento nas rotas de gado, nos trilhos do trem e nos caminhos de Mercossul*. Campo Grande. Revista ARCA, n. 5. EdUFMS, 1995.

⁹ OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. *Campo Grande e a rua 14 de Julho*. Tese (Doutorado em Geografia) UNESP. Presidente Prudente. 2003.

¹⁰ Bourdieu P. Campo do poder, campo intelectual e *habitus* de classe. In MICELI, Sérgio (Org.). *A economia das trocas simbólicas*. 5ª ed.. São Paulo: Perspectiva; 1998. p. 183-202.

pública republicana, acompanhados pelo traçado da ferrovia, já observado em estudos de outros casos em cidades do “oeste paulista”.¹¹

Em seus 12 capítulos, a lei procurava regulamentar, além das normas de convivência e conduta, padrões de higiene, limpeza e conservação dos espaços públicos, uma vez que

a organização da vida urbana, dentro de uma visão jurídica, pressupõe a formalização de padrões de comportamento que propiciem o convívio pacífico e ordenado dos homens. Para este sistema organizacional funcionar seria preciso estabelecer as formas, as regras e os limites das ações humanas.¹²

A questão higiênica das cidades era uma das ferramentas para prevenir o aparecimento de doenças ou até mesmo epidemias: “a questão da higiene pressupõe a questão disciplinar. E para que essa fosse exercitada foi necessária a ação do Estado e da sociedade, [...] a disciplina promoveria a profilaxia do comportamento”.¹³

O **Código de Posturas** procurou regulamentar as normas de saúde pública. Os capítulos 3º (intitulado *Da Limpeza*) e 4º (sem título) abordam questões relativas a limpeza, a higienização da vila e a saúde da população. Neles se estabelecem critérios para a criação de porcos, para a existência de cocheiras, para a limpeza e conservação dos imóveis:

Art. 5º. É expressamente proibido: §1º Lançar-se cisco, lixo, vidros, palhas e animais mortos nas ruas e praças d’esta Villa e em geral, em qualquer lugar que não seja o destinado para o depósito. Os animais mortos serão conduzidos para a parte exterior d’esta Villa e ahi enterrados.

Outro artigo que chama a atenção no tocante ao controle de doenças é o Artigo 11º do Capítulo 4º que estabelece:

Todas as pessoas não vacinadas são obrigadas a ir a Camara Municipal nos dias em que forem por esta designadas, afim de se vacinarem, levando para o

¹¹ PEREIRA, Robson Mendonça. *O prefeito do progresso: modernização da cidade de São Paulo na administração de Washington Luís (1910-1919)*, Tese (Doutorado em História) UNESP. Franca, 2005.

¹² SILVA, Mozart Linhares da. *Do império da lei às grades da cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997, p. 142.

¹³ *Idem*, p. 143.

mesmo fim filhos curatellados e tuttellados, famulos, *escravos* (grifo nosso) e em geral, qualquer pessoa que esteja em seu poder ou guarda. Os infractores serão punidos com 10\$000 réis de multa ou 4 dias de prisão, sendo alem d'isto compellidos avaccinarem o seu dependente.

Chamou-nos a atenção dois pontos desse artigo. O primeiro é a institucionalização republicana da saúde pública, em especial as campanhas de vacinação, marcada pela criminalização do infrator, remetendo-nos à já conhecida Revolta da Vacina. Em Campo Grande, os poderes oficiais, já conhecendo a violência com que a vacinação obrigatória foi tratada no Rio de Janeiro, tomaram precauções em nome da ordem e do cumprimento da lei: chamaram as forças militares.¹⁴ O segundo aparece na redação da lei ao advertir ao “bom cidadão” que levasse seus “*escravos para serem vacinados*”; o que chamou nossa atenção é a data da promulgação da Postura em questão, dezesseis anos depois da Lei Áurea.

A disciplinarização dos espaços incluía observações acerca dos cemitérios. As Posturas, no 5º Capítulo - *Do cemitério e enterramentos*, municipalizou a administração do cemitério passava e descreveu formalidades para os enterros:

§2º Todo o cadáver deverá ser enterrado de modo que fique pelo menos seis palmos abaixo da superfície da terra, não podendo ser enterrado mais de um cadáver em cada cova.

§3º Nenhum cadáver será conduzido ao cemitério sem ser em esquife ou, em caixaão fechado.

§4º nenhuma exumação se fará antes de passado cinco anos depois do enterramento, salvo quando esta for seguida pela autoridade Judicial ou Policial.

§5º As Covas ou Catacumbas em que se fazer a exumação não poderão ficar abertas, por mais de 24 horas.

§6º Ficam expressamente proibidas as dobras de sino, salvo as do rito: Os infractores dos paragraphos 2º e 6º d'este Artigo ficam sujeitos a multa de 20\$000 ou seis dias de prisão.¹⁵

¹⁴ Segundo o *Boletim Interno* ou as *Ordens do Dia*, arquivados no Comando Militar do Oeste (CMO), foi grande a participação do Exército nas campanhas de vacinação nos municípios do antigo estado de Mato Grosso, no início do séc. XX.

¹⁵ Código de Posturas de Campo Grande Capítulo 5º - *Do cemitério e enterramentos*.

Antes da edição do **Código de Posturas** as práticas fúnebres e todos os encargos relativos à morte, em Campo Grande, eram disposições ligadas às irmandades religiosas, em especial à Igreja Católica. Ao institucionalizar o cemitério como propriedade municipal buscava-se regulamentar

a morada dos mortos”, à imagem do mundo dos vivos. A Igreja foi para os habitantes do Brasil durante muito tempo, o local sagrado para essa morada. Esse contexto começa a ser mudado no início do século XIX através das campanhas higienistas, novidade vinda da Europa. Os governos municipais seguiram a opinião dos médicos, procurando reordenar o espaço ocupado pelos mortos, estabelecendo uma nova geografia urbana na relação entre vivos e mortos.¹⁶

O **Código de Posturas** foi orientado pelos discursos médicos no tocante aos mortos e seu sepultamento, não com uma mentalidade religiosa, mas higienista. “Uma organização civilizada do espaço urbano requeria que a morte fosse higienizada, sobretudo, que os mortos fossem expulsos de entre os vivos e segregados em cemitérios extra-muros”.¹⁷ Políticos como o Rosário Congro, eleito deputado estadual em 1918, demonstrara preocupações a respeito do local do cemitério:

No local da atual praça municipal, construiu-se naquele mesmo ano (1910) o irregular cercado do pequeno cemitério, mais tarde ampliado e transferido por José Antônio, verdadeiro patriarca, para a encosta de Oeste, onde ainda existe, em abandono, e do qual se descortina o belo panorama da cidade.¹⁸

Segundo o Relatório do Intendente Geral de Campo Grande, Dr. Arlindo de Andrade Gomes, o velho cemitério que se localizava na região central (atual Praça Ari Coelho), próximo do povoado, foi “mudado para a margem direita do Segredo; por força do crescimento da cidade, foi transferido ainda uma vez para o alto do Bandeira, no fim da atual Avenida Calógeras, em 1913”.¹⁹

¹⁶ MORENO, Tânia Maria. O sagrado e o profano: o cemitério na cidade de São Paulo. São Paulo: Cordis, NEHSC-PUC/SP, n. 1, 2009, p. 03.

¹⁷ REIS, João José. “A morte é uma festa”: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

¹⁸ CONGRO, Rosário. *O Município de Campo Grande – 1919*. Estado de Matto Grosso: Publicação Oficial, 1919, p.25.

¹⁹ GOMES, Arlindo de Andrade. *O Município de Campo Grande – 1921: Relatório apresentado à Câmara Municipal, pelo Intendente-Geral Dr. Arlindo de Andrade Gomes, do ano de 1921*. Campo Grande: 1922, p.12.

Ainda no tocante a promoção de um ambiente sociável, profilático e salubre, o **Código de Posturas** buscou regulamentar o uso água através de dois artigos:

Art. 31º Todos que quiserem servir-se d'água canalizada do rego existente serão obrigados a fazer pequenos regos até suas casas, tendo o cuidado de fazer bicas e tapar por cima quando atravessarem ruas ou praças.

Art. 32º Ninguém poderá proibir que passe por seus quintais a água que é destinada ao seu vizinho e nem lavar nela coisa imunda que possa prejudicar o vizinho.

Segundo José Barbosa Rodrigues²⁰, os “mundanceiros”, como eram chamados na época os moradores da vila, não respeitavam às determinações do **Código**, uma vez que a construção dos regos que desviava a água do córrego “Cachoeirinha” não atendia as normas estabelecidas e mencionadas anteriormente. Tal infração ocasionava a formação de grandes lamaçais gerando transtornos, como porcos que atolavam na lama, acúmulo de lixo e focos de mosquitos, transmissor de doenças.²¹ Para resolver a questão, o Intendente Geral Antonio Norberto de Almeida, mandou aterrar, em 1911, os regos que, naquele momento, beneficiavam mais ou menos 48 proprietários. Sem os tais regos, a população recorreu à abertura de poços artesianos nos quintais, muitas vezes próximos de fontes de poluição, como as fossas sanitárias, o que facilitava a contaminação da água e a proliferação de doenças.²²

Diante, agora, do problema dos poços irregulares e do crescimento da cidade, acompanhado pela falta de abastecimento regular de água, o intendente Arlindo de Andrade Gomes, em 1921, aproveitando a ocasião da vinda de engenheiros militares à Campo Grande com o objetivo de estudar o fornecimento de água para os quartéis, firmou acordo com o governo federal. Pelo acordo, a intendência municipal cederia terras para os quartéis em troca da construção de tubulações para captação e distribuição de água para cidade. Tais negociações foram justificadas e orçadas no Relatório Municipal de 1921:

²⁰ Nascido em Poços de Caldas, Minas Gerais em 1916, o Professor Barbosa, como gostava de ser chamado, chegou em Campo Grande, na década de 1940. Educador, jornalista e escritor, escreveu diversas obras a respeito da história e cotidiano Campo Grande.

²¹ RODRIGUES, J. Barbosa. *História de Campo Grande*. São Paulo: Editora Resenha Tributária Ltda., 1980.p.119-120.

²² *Idem*.

A intendência foi obrigada a fazer algumas despesas extraordinárias não previstas, mas de utilidade, com a visita do Ministro da Guerra, com a aquisição de terras para os quartéis federais e com a aquisição das vertentes para o abastecimento de água à cidade. Por si sós elas de justificam. [...] Com os alugueis de automóveis na recepção e viagem do Ministro da Guerra, despendeu-se 5:633\$000. [...] Com a aquisição de terrenos para os quartéis federais...1:000\$000. [...]. Total: 6:633\$000. [...] Fica assim elevada a despesa do corrente exercício em: 6:633\$000 rs”.²³

Todavia, foi somente por volta de 1926 que a cidade passou a contar com um sistema de água encanada, captando as águas represadas do Córrego Jacinto, afluente do Segredo, abastecendo os quartéis e o quadrilátero central da cidade, compreendido entre as avenidas Afonso Pena e Mato Grosso e as ruas Calógeras e João Pessoa (atual Rui Barbosa), perfazendo 179 instalações domiciliares.²⁴ Vale destacar que o bairro Amambahy, criado em 1921 para abrigar os então ex-operários da ferrovia e outros trabalhadores, não recebia o serviço de abastecimento de água.

A busca pela cidade ideal, bela e higiênica incluía a boa qualidade dos alimentos, requisito indispensável para a garantia da boa saúde dos moradores. Sendo assim, apoiado em pressupostos médicos e científicos, o **Código de Posturas**, nos 1º e 2º capítulos, dispôs sobre a higiene dos açougues, a conservação da qualidade das carnes comercializadas e o estabelecimento de locais para o abate do gado, tratamento do couro e produção de charque.

Logo no primeiro artigo, o **Código** visava estabelecer o espaço para o matadouro público: “ninguém poderá matar ou esquartejar rezes para o consumo, a não ser dentro do matadouro público. Enquanto não existir o dito Matadouro, a Câmara marcará o lugar que será cercado a custo da mesma, onde só e unicamente se poderá fazer o serviço”.²⁵ 25 A criação desse espaço responderia à

²³ GOMES, Arlindo de Andrade. *O Município de Campo Grande – 1921*. Campo Grande: 1922.p.08.

²⁴ IORIO, Solange Mattos et all. A perspectiva da educação ambiental e o processo histórico do saneamento básico: a instalação das redes de água e esgoto nos municípios de Campo Grande/MS e Dourados/MS. *Interações (Campo Grande)* [online]. 2009, vol.10, n.1 [cited 2010-06-30], pp. 63-72.

²⁵ Código de Posturas de Campo Grande Capítulo 1º - *Da economia e aceio dos açougues*. 1905. art. 1º.

necessidade da diminuição da forte exalação de odores pútridos decorrentes da decomposição sobre o solo dos restos das reses e do sangue dos animais, além de que viabilizaria a fiscalização sobre a qualidade da carne, uma vez que tornaria possível averiguar se reses abatidas tinham doenças. Dizia o Artigo 2º: “É expressamente proibido matar-se gado que apresente symptomas de moléstia, ou que esteja cançada ou muito magra, bem como vender-se para o consumo de carne de rez que foi encontrada morta”.²⁶

Ainda na tentativa de estabelecer a salubridade do armazenamento e venda da carne, o 3º Artigo do **Código** regulamentou as obrigações dos proprietários de açougues que deveriam “trazer limpo em perfeito estado de asseio as balanças, pesos e mais utensílios destinados a venda da carne; (...) fazer varrer, limpar e lavar todos os dias a tarde os respectivos açougues; (...) conduzir a carne para os açougues em carros ou carroças que estejam perfeitamente limpos e assejadas”.²⁷

O **Código** regulamentou “a venda de generos alimenticios e mercadorias”, estipulando a necessidade de licença para abertura do estabelecimento comercial (“Art.17º Nenhuma casa de negócio, loja officina, taverna em geral, qualquer estabelecimento de industria ou profissão se podera estabelecer nesta Villa e seu termo, em previa licença da Câmara”) e a adoção do “novo systema métrico decimal na forma do padrão adaptado em toda a República” para compra e venda de mercadorias.

Podemos observar que as regras básicas de mercado possibilitavam ao poder público local ter um controle maior sobre o comerciante e suas mercadorias; já a estipulação de pesos e medidas de acordo com as novas normas do governo federal representava uma construção de “identidades-para-o-mercado” local em sintonia com o modelo de Estado-nação republicano que estava em formação no país.²⁸

No que diz respeito ao formato das urbes, o **Código** de Campo Grande, do 7º ao 9º artigo, discorre sobre o “aforamento de terrenos Municipaes e edificação de prédios e reparos d’elles”, ou ainda sobre as “obras publicadas, transito e con-

²⁶ *Idem*, art. 2º.

²⁷ *Idem*, art. 3º.

²⁸ MACHADO, Igor José de Renó. Estado-nação, identidade-para-o-mercado e representações de nação. *Revista de Antropologia*. São Paulo, v. 47, n. 1, 2004.

servação das estradas”, leis que procuraram delinear “a largura de ruas e relações entre estas e altura dos edifícios, ou relacionados à salubridade das construções”²⁹, medidas que se assemelham em muito com códigos de outros municípios sancionados no início da República. Importante notar que nesses artigos procurava-se impor normas para as construções, demolições e reformas das habitações, definindo a altura mínima da testada, das portas e janelas, obrigando os proprietários dos imóveis a conservá-los ou repará-los, “caso estivessem em ruínas”.

As leis ainda procuraram estabelecer procedimentos para venda, compra e transferências de lotes, assim como para a concessão de terrenos para construções. Todavia, embora essas leis se demonstrassem inviáveis, pelo menos imediatamente, as mesmas já apontavam para a necessidade do saneamento urbano.

O aprimoramento da urbanização foi imposto, sobretudo, pelas transformações trazidas pelos trilhos da ferrovia, pela chegada de pessoas e mercadorias. Com o progresso advindo da estrada de ferro, o poder público de Campo Grande empenha-se em fazer com que os moradores de um vilarejo, formado por uma porção de ranchos, assimilem elementos dessa nova sociabilidade em formação, marcada agora por espaços como ruas, praças, prédios e água encanada.

Os espaços em construção romperam as dimensões do privado e do público do viver na cidade; com a modernização urbana o ideal de moradia e comportamento associou-se a “uma noção burguesa de família, moralidade, formação do indivíduo, recolhimento e oposição ao mundo público que estava se constituindo neste período”³⁰. Em nome dessa nova vivência o **Código** dedicou-se a orientar o cidadão sobre os aspectos sociais e morais de comportamento, proibia o falar dizeres obscenos, escrever e desenhar nas paredes das casas ou muros palavras ou figuras indecentes que ofendessem a moral pública. Não era permitido fazer barulhos, algazaras e dar gritos durante a noite, além de “fazer-se sambas, Catiretes, ou outros quaesquer brinquedos que produzam estrondo ou vozeria dentro da Villa”, sob a pena de 10\$000 ou cinco dias de prisão.³¹ As proibições

²⁹ LEMOS, Carlos A. C. *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 29. O autor trata também da cidade de São Carlos.

³⁰ LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Uma cidade na transição: Santos: 1870-1913*. São Paulo/Santos: HUCITEC, 1993, p. 112.

³¹ Código de Posturas de Campo Grande Capítulo 10º - *Reunião Prohibidae offensas a moral*. 1905 art. 45º.

estendiam-se para o porte de qualquer tipo de armas ofensivas, exceto por profissionais que delas necessitassem.

A tentativa de se evitar porte de quaisquer armas fazia parte do esforço para a manutenção da ordem publica; em última análise a idéia era desarmar os cidadãos e as milícias, formadas por bandos de jagunços, controladas pelos grupos oligárquicos que travavam inúmeros conflitos armados pelo controle político tanto de Campo Grande como do Estado. Tais disputas contribuíram para configurar uma imagem negativa de Mato Grosso, estado que passou a ser conhecido como “terra sem lei”, ou terra em que a única lei existente e a ser obedecida era o “artigo 44”, ou seja, a lei executada com o “calibre 44”. Noutros termos, contradizendo a perspectiva republicana de ordem e progresso, a cidade de Campo Grande e o estado de Mato Grosso emergiram no imaginário popular como o espaço da barbárie em detrimento da civilização.³²

Por Fim, ao longo dos 54 artigos dispostos nos 12 capítulos do **Código de Posturas**, ficou expressa a tentativa de constituição do espaço urbano moderno que exigia a extinção dos costumes e modos de vida dos caipiras, um lugar em que não se poderia mais

ser a favor de um mundo que não se preocupa com a higiene e suas consequências para a saúde. O que estava ocorrendo era a criação de uma paisagem pela negação de outra, da projeção de uma forma de vida urbana, moderna e capitalista, com suas concepções de tempo, espaço e propriedade, sobre uma outra forma não urbana.³³

A nova lei surgiu como resultante de uma nova sociabilidade expressa em diversas ações das autoridades públicas voltadas para a remodelação do espaço urbano. Esse novo contexto político, marcado pelo fortalecimento do Estado republicano, seria o elemento principal a determinar a produção espacial e social do lugar. É bem verdade, as mudanças dos costumes e valores culturalmente enraizados foram lentas e parciais, obviamente definidas pelo tempo e pela História.³⁴

³² Ver: GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. Tese (Doutorado em História) Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

³³ ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: entre a história e a memória*. Bauru: EDUSC, 2000, p. 184.

³⁴ THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.